

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	2
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	3
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	4
1.5 Principais clientes	5
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	6
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	7
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	8
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	9
1.10 Informações de sociedade de economia mista	12
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	13
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	14
1.13 Acordos de acionistas	15
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	16
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	17
1.16 Outras informações relevantes	18
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	19
2.2 Resultados operacional e financeiro	28
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	31
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	34
2.5 Medições não contábeis	35
2.6 Eventos subsequentes as DFs	38
2.7 Destinação de resultados	39
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	40
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	41
2.10 Planos de negócios	42
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	43
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	44
3.2 Acompanhamento das projeções	45

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	46
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	49
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	50
4.4 Processos não sigilosos relevantes	51
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	52
4.6 Processos sigilosos relevantes	53
4.7 Outras contingências relevantes	54
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	55
5.2 Descrição dos controles internos	56
5.3 Programa de integridade	57
5.4 Alterações significativas	59
5.5 Outras informações relevantes	60
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	61
6.3 Distribuição de capital	65
6.4 Participação em sociedades	66
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	67
6.6 Outras informações relevantes	68
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	69
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	70
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	71
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	72
7.4 Composição dos comitês	75
7.5 Relações familiares	76
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	77
7.7 Acordos/seguros de administradores	78
7.8 Outras informações relevantes	79
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	80

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	81
8.3 Remuneração variável	85
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	86
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	87
8.6 Outorga de opções de compra de ações	88
8.7 Opções em aberto	89
8.8 Opções exercidas e ações entregues	90
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	91
8.10 Outorga de ações	92
8.11 Ações entregues	93
8.12 Precificação das ações/opções	94
8.13 Participações detidas por órgão	95
8.14 Planos de previdência	96
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	97
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	98
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	99
8.18 Remuneração - Outras funções	100
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	101
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	102
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	103
8.20 Outras informações relevantes	104
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	105
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	106
9.4 Outras informações relevantes	107
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	108
10.1 Descrição dos recursos humanos	109
10.2 Alterações relevantes	110
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	111
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	112
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	113

Índice

10.5 Outras informações relevantes	114
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	115
11.2 Transações com partes relacionadas	116
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	117
11.3 Outras informações relevantes	118
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	119
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	120
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	121
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	123
12.5 Mercados de negociação no Brasil	124
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	125
12.7 Títulos emitidos no exterior	126
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	127
12.9 Outras informações relevantes	128
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	129
13.1 Declaração do diretor presidente	130
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	131
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	132

1.1 Histórico do emissor

1.1 - Descrição do histórico da Companhia

A história do Grupo Carlos Lyra teve início no ano de 1951, quando o industrial Carlos Benigno Pereira de Lyra Neto assumiu a Algodoeira Lagense S/A. A empresa, com sede no município alagoano de São José da Laje, atuava no ramo de compra, processamento e comercialização de algodão, milho, mamona e café.

Mas foi em 1965, com a aquisição da Usina Caeté, Matriz, no município alagoano de São Miguel dos Campos, que o visionário Carlos Lyra iniciou sua trajetória empresarial no setor da agroindústria da cana-de-açúcar, mantendo uma tradição de mais de 125 anos, herdada do avô, Coronel Carlos Lyra e do seu pai, Salvador Lyra, em terras da Usina Serra Grande.

Uma história construída com muita dedicação, investimentos e responsabilidade socioambiental.

Atualmente, a Companhia possui três unidades produtoras de açúcar, etanol e bioeletricidade, nos estados de Alagoas e São Paulo, gerando mais de 8 mil empregos diretos para o país.

A localização das unidades da Região Nordeste favorece a Companhia pela proximidade dos portos e dos mercados consumidores de exportação. Além disso, estas unidades alcançam alta produtividade agrícola e os consequentes ganhos de escala em função do sistema de irrigação implantado.

Marcos históricos

1951 Carlos Lyra se afasta das empresas da família e assume o controle da Algodoeira Lagense S.A. Essa empresa operava basicamente na venda de algodão, fertilizantes e materiais agro pecuários;

1965 Carlos Lyra assume o controle da Usina Caeté. Esse movimento , é o grande passo para o início da

1979 adquire a destilaria Marituba, localizada na parte sul do Estado de Alagoas. Hoje com capacidade de moer 1,5 milhões de toneladas de cana, tendo como diferencial a produção de açúcar refinado;

1986 há a aquisição da Usina Cachoeira com capacidade de moer 1,3 milhões de toneladas.

2007 Início da implantação da Unidade Paulicéia, primeira planta em São Paulo, com o advento da cisão da companhia. Foi o marco que equilibrou as duas partes cindidas pela família, que foi concluído em 2012. Com isso, as operações ficaram com 03 unidades em Alagoas em 01 em São Paulo.

2014 É constituída a Caetex, joint-venture entre Usina Caeté S.A. e DexcoS.A.com o propósito de garantir o fornecimento de matéria-prima à Dexco.

Em 2018, a unidade Cachoeira foi desativada para dar espaço ao crescimento de um projeto de celulose através da exploração do eucalipto em parceria com a Duratex (Dexco). Hoje já existem 20 mil hectares com eucalipto.

2019 acontece a primeira grande reestruturação de dívidas, na qual ~80% do seu passivo financeiro foi pago, perdoado ou alongado através da cessão de precatórios envolvendo os direitos creditórios da Lei 4870.

2022 a unidade Marituba inaugura sua refinaria com capacidade de produção de 1.800 mil sacas.

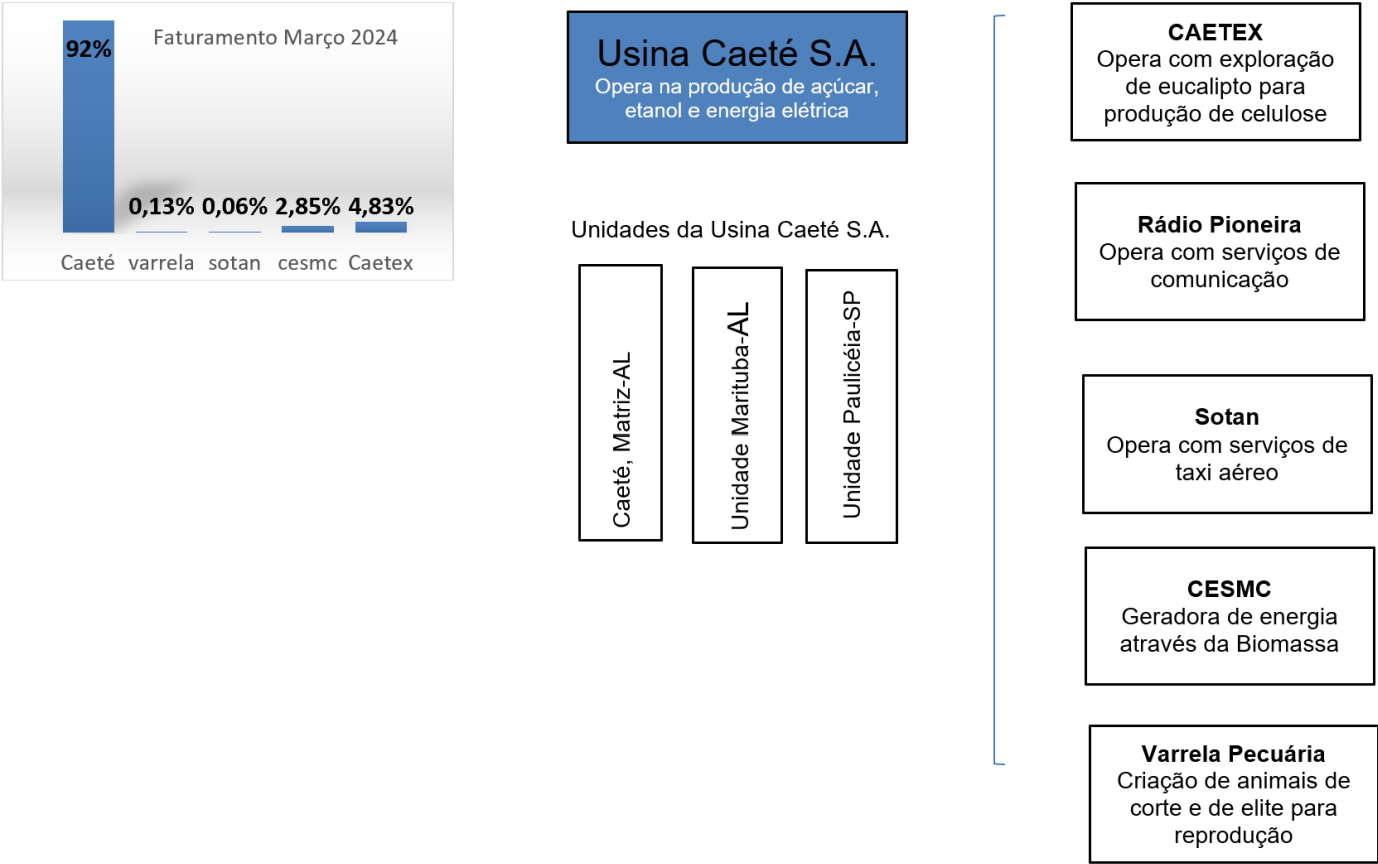
As unidades em Alagoas são predominantemente produtoras de açúcar, e exportam aproximadamente 50% de sua produção. A unidade em São Paulo é uma destilaria de etanol e exportadora de energia elétrica proveniente da biomassa do bagaço da cana. A partir de abril de 2025, a unidade em São Paulo também irá produzir açúcar, o qual será destinado ao mercado externo.

A trajetória da Companhia no mercado de capitais se iniciou em 2013, com emissões, por meio de um Instrumento Particular da 1ª emissão de Debentures Simples, não conversíveis em ações. Em 2022 por meio de um agente securitizador, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRAs") e 2024 voltou ao mercado de capitais brasileiro para obtenção de recursos e financiamentos de longo prazo, através da 2ª Emissão de Debentures Simples.

Além do acesso ao mercado de capitais nacional, a Companhia, na última década, teve importantes experiências em operações de fusões e aquisições, como por exemplo, nas parcerias realizadas no negócio de cogeração de energia elétrica com a BIOFLEX AGROINDUSTRIAL S.A., pertencente ao grupo GranBio S.A. para a produção de energia renovável. Para esta operação foram adquiridas pela Caeté S/A os 50% da participação do grupo Granbio em 2023, ficando Caeté como única operadora e sócia do negócio.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 - Descrição das atividades principais desenvolvidas pela Companhia



1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 - Informações sobre segmentos operacionais

Conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 80”), a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

1.5 Principais clientes

1.5 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria "B".

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pela Companhia

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria "B".

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria "B".

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não realiza contribuições financeiras para ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

ii) favor de partidos políticos

Este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não realiza contribuições financeiras para partidos políticos

iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não realiza contribuições financeiras para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas pública..

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 - Receitas relevantes provenientes do exterior

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 - Informações Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa (ASG)

a. divulgação de informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Anualmente, divulgamos nosso Relatório Anual de Sustentabilidade, o qual dispõe sobre as principais ações desenvolvidas e nossos esforços referentes à agenda social, ambiental, econômica e de governança, para minimizar os impactos negativos e maximizar a geração de valor do nosso negócio.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O presente relatório conta com dados produtivos agroindustriais estruturados nas dimensões ASG (Ambiental, Social e Governança), em atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Impacto financeiro

- tópico: riscos e vias de impactos financeiros no negócio
- investigados numa perspectiva de analistas (executivos e provedores de capital)
- avaliação de risco (probabilidade e magnitude)

Impacto socioambiental

- tópico: impactos sociais e ambientais do negócio
- investigados numa perspectiva de especialistas internos
- avaliação de magnitude e escopo (probabilidade; intensidade; reversibilidade e extensão)

Relevância para os stakeholders

- tópico: descrição geral, objetiva e agnóstica (positivos e negativos)
- investigados pela percepção de impacto dos stakeholders (relevância)
- avaliação consolidada, ponderada por peso (frequência, dependência e influência)

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Nosso relatório não é auditado ou revisado por entidade independente.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O relatório pode ser encontrado no site <https://usinacaete.com/relatorio-de-sustentabilidade/>

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia

1. Mudanças climáticas
2. Saúde e bem-estar
3. Inovação e tecnologia
4. Gestão de resíduos e rejeitos
5. Gestão de água e efluentes
6. Relações governamentais e advocacy
7. Segurança do Trabalho
8. Relacionamento com comunidades e desenvolvimento local
9. Biodiversidade e ecossistemas
10. Qualidade e segurança do produto

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também conhecidos como Objetivos Globais, foram adotados pelos países-membros das Nações Unidas em 2015 como um apelo universal à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade. A companhia tem envidado esforços nessa direção com ações diretas nas comunidades aonde tem abrangência. A Usina Caeté incorpora, como parte essencial da sua produção diária, princípios sustentáveis para promover um desenvolvimento consciente. Para fortalecer esse compromisso, foi instituído o Comitê de Sustentabilidade, dedicado a orientar a busca por certificações, bem como avaliar a contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em todas as fases da produção em seus negócios. Foram estabelecidos diante disso os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

Mudanças Climáticas

Gestão de água e efluentes

Saúde e bem-estar

Inovação e tecnologia

Relacionamento com comunidades e Desenvolvimento Local

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

A companhia tem direcionado seus movimentos financeiros para programas que incetivem a melhoria do clima no mundo. Para isso a Usina Caeté buscou recursos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por meio do Crédito ASG. Esse financiamento está alinhado ao estímulo à descarbonização do setor de combustíveis, dentro do escopo do Programa BNDES Renovabio. O foco principal é a expansão da produção de biocombustíveis e a redução da emissão de CO₂, contribuindo para metas estabelecidas de Créditos de Descarbonização por Biocombustíveis (CBIOS). Além disso, também emitiu CRAs no mercado de capitais. Esses certificados foram destinados ao desenvolvimento de atividades que geram benefícios ambientais e climáticos, enquadráveis na categoria de “Energia Renovável”. A emissão seguiu as diretrizes do Green Bond Principles (BGP), fortalecendo o compromisso com práticas sustentáveis.

h. se a Companhia realiza inventários de emissão de gases de efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

O Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa é o instrumento gerencial que permite quantificar as emissões de GEE de uma determinada organização. A partir da definição de sua abrangência, da identificação das fontes e sumidouros de GEE, e da contabilização de suas respectivas emissões ou remoções, o Inventário possibilita conhecer o perfil das emissões resultantes das atividades das unidades de negócio. Nossos inventários são realizados ainda não estão divulgados na rede mundial de computadores. O Inventário tem como objetivo quantificar as emissões de GEE geradas das operações da empresa. O presente relatório apresenta os critérios técnicos, metodologia e premissas adotadas durante o desenvolvimento do Inventário, além dos resultados e análises referentes às suas emissões de GEE. O trabalho foi realizado de acordo com os critérios estabelecidos na Norma NBR ISO 14.064:2007 e no Programa Brasileiro GHG Protocol. Responsável pela elaboração do inventário: Vinicius Hernandez S. Alves: comercial@ambipardecarbon.com

i. explicação da Companhia sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i) a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia divulga informações ASG por meio de relatório anual de sustentabilidade

ii) a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota matriz de materialidade.

iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota indicadores-chave de desempenho ASG.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

A companhia não instituiu auditoria independente para suas informações ASG.

v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas.

vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa..

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 - Informações específicas de sociedades de economia mista

a. interesse público que justificou sua criação:

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a".

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos - geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições.

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas.

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas.

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia

Não houve, no último exercício social e no exercício social corrente, aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal dos negócios da Companhia.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 - Operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução do capital envolvendo a Companhia e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Operações de fusão, cisão, incorporação de ações, aumento ou redução de capital

A companhia aumentou seu capital com a utilização de reservas de incentivos fiscais. Não houve operações de operações de fusão, cisão, incorporação de ações.

- Isenção de 75% do Imposto de Renda sobre o resultado
- Crédito presumido de ICMS

Em ambos os casos, há a prerrogativa de vinculação do aproveitamento do incentivo ao crescimento da companhia. Todos os valores apurados são registrados na conta de reserva de capital e só podem ser utilizadas nas seguintes formas:

I - absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal;

ou II - aumento do capital social.

Diante dos valores apurados nos últimos anos, a companhia realizou a capitalização de suas reservas de incentivos fiscais, atendendo todos os critérios normativos.

.

1.13 Acordos de acionistas

1.13 - Celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não há acordos de acionistas ou modificação de acordos existentes.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia

Não houve, no último exercício social e no exercício social corrente, alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 - Contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve, no último exercício social e no exercício social corrente, celebração de contratos relevantes pela Companhia não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

Análise das demonstrações contábeis da Usina Caeté S.A., referente aos exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023, bem como as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2024. A companhia mantém gestão permanente de suas condições financeiras e patrimoniais através de relatórios discutidos em comitês e conselho consultivo.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios. A companhia apresenta boas condições financeiras, com bons índices de liquidez e endividamento.

Em 31 de março de 2024 os empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) somava R\$ 537,6 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023 no valor de R\$ 605,8 milhões, o que representou redução de R\$ 68,2 milhões, ou 11,25%. Grande parte dessa redução foi derivada da boa performance operacional em função dos bons preços de açúcar.

Em 31 de março de 2024, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 197,7 milhões, a posição de aplicações financeiras do ativo não circulante de R\$ 14,6 milhões e a Dívida Líquida somava R\$ 325,3 milhões, com uma medição de Dívida Líquida dividida pelo Patrimônio Líquido de 0,64x. A melhora da performance operacional da safra 23/24 impulsionou a redução da dívida e o aumento de geração de caixa.

Em 30 de junho de 2024, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 332,2 milhões, a posição de aplicações financeiras do ativo não circulante de R\$ 12,1 milhões e a Dívida Líquida somava R\$ 509,7 milhões, com uma medição de Dívida Líquida dividida pelo Patrimônio Líquido de 1,03x.

A tabela abaixo mostra a composição da Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/Patrimônio Líquido da companhia (informações da controladora):

(Em R\$ milhões, exceto x)	Em 30 de Junho de 2024	Em 31 de março de 2024	Em 31 de março de 2023
Empréstimos e financiamentos passivo circulante	211.147	217.659	290.313
Empréstimos e financiamentos passivo não circulante	642.852	319.986	315.518
Dívida Bruta	853.999	537.645	605.831
(-) Caixa e equivalentes de caixa	332.173	197.764	95.708
(-) Aplicações financeiras do ativo não circulante	12.082	14.569	5.891
Dívida Líquida	509.744	325.312	504.232
Patrimônio Líquido	495.368	505.010	405.570
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	1,03x	0,64x	1,24x

b) estrutura de capital

A estrutura de capital da companhia encontra-se confortável, com níveis de endividamento compatíveis com a operação. Para capital de terceiros, a Companhia conta com linhas de financiamentos, principalmente de capital de giro, debêntures e Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Reais (R\$). As contas que compunham Capitais de Terceiros em 31 de março de 2024 representavam R\$ 1.902,8 milhões, sendo R\$ 537,6 milhões referentes a Empréstimos e Financiamentos (Circulante e não circulante), R\$ 766,5 milhões referentes a Arrendamentos a Pagar e Parcerias Agrícolas a pagar (circulante e não circulante) e R\$ 100,2 de Adiantamentos de Clientes (circulante e não circulante). As principais contas que compunham Capitais de Terceiros em 31 de março de 2023 representavam R\$ 1.868,7 milhões, sendo R\$ 605,8 milhões referentes a Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante), R\$ 682,9 milhões referentes a Arrendamentos a Pagar e Parcerias Agrícolas a pagar (circulante e não circulante) e R\$ 104,6 de Adiantamentos de Clientes. O capital próprio da Companhia (patrimônio líquido) totalizou R\$ 532,8 milhões em 31 de março de 2024 e R\$ 405,6 milhões em 31 de março de 2023.

Em 30 de junho de 2024, a posição de capital de terceiros era de R\$ 2.119,8 milhões e a posição de capital próprio era de R\$ 495,4 milhões o que equivale a 81% e 19% do capital total, respectivamente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia (informações da controladora) apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(Em R\$ milhões, exceto %)	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de março de 2024	Em 31 de março de 2023
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	2.119,8	1.902,8	1.868,7
Capital próprio (patrimônio líquido)	495,4	505,0	406,5
Capital total (capital de terceiros + capital próprio)	2.615,2	2.407,8	2.275,2
Parcela de capital de terceiros	81%	79%	82%
Parcela de capital próprio	19%	21%	18%

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A companhia mantém seus compromissos financeiros atualizados e com índices de liquidez adequados para honrar seus pagamentos dentro dos prazos contratados.

Entendemo que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral (total do ativo circulante e ativo não circulante, dividido pelo total do passivo circulante e passivo não circulante) e liquidez corrente (total do ativo circulante dividido pelo total do passivo circulante) da Companhia em 31 de março de 2024 eram de 1,3x e 1,4x, respectivamente, e em 31 de março de 2023 eram de 1,2x e 1,2x, respectivamente. Em 31 de março de 2024 e em 31 de março de 2023, a Companhia possuía R\$ 537,6 milhões e R\$ 605,8 milhões, respectivamente, de empréstimos e financiamentos tomados. Entendemos que o relacionamento e credibilidade da Companhia com instituições financeiras permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

Em 30 de junho de 2024, a posição de empréstimos e financiamentos era de R\$ 854,0 milhões. Entendemos que o relacionamento e credibilidade da Companhia com instituições financeiras permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A companhia tem recorrido a operações junto a bancos de primeira linha para financiar seu giro e investimentos. Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A companhia tem recorrido a operações junto a bancos de primeira linha para financiar seu giro e investimentos. Tem-se focado em mercado de capitais em operações como CRA e Debentures e linhas de FNE junto a bancos públicos. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

A companhia tem mantido envidamento líquido menor que 1x EBTIDA. O endividamento é composto 90% em operações em reais, sendo 54% delas atreladas ao CDI, 17% a SELIC, 14% em taxa pré fixada e 10% em IPCA.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Encargos financeiros			Controladora			
			30/06/2024		31/03/2024	
Tipo	Indexador	Taxa média anual de juros	Valor Nominal	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Contábil
Finame	R\$	Juros de 6,0% a.a. / SELIC + 3,35% a.a. até SELIC + 6,70%	23.303	23.303	29.128	29.128
Capital de Giro – Exportação	US\$	V.C.	397	397	357	357
A/C	US\$	USD V.C. + 6,0%	-	-	-	-
Pré-Pagamento Exportação	US\$	Juros de 2,0% a.a.	517.606	52.689	463.297	47.307
		CDI + Juros 5,90% a 9,60% a.a. ou Juros de 3,53% a 12,00% a.a.	228.491	228.491	233.716	233.715
Cédula de Crédito Bancário	R\$	CDIC+2,6700%a.a. a até CDIC+2,9500%a.a.	220.547	220.547	18.967	18.967
Cédula Crédito Exportação	R\$	125% do CDI / IPCA + 8,2870% a.a. / 13,8973% a.a.	181.123	181.123	89.523	89.523
Debêntures	R\$	CDIC+ 4,500%a.m. até CDIC+3,6600%a.a.	34.963	34.963	31.106	31.106
Nota de Crédito Exportação	R\$	CDI + Juros de 4,00% a.a.	48.245	48.245	39.317	39.317
CRA	R\$	0,7377%a.m.	-	-	48.225	48.225
Cartão BNB	R\$	CDI + 2,60% a.a.	64.240	64.241	-	-
CPR	R\$		1.318.915	853.999	953.636	537.645

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

1. Cédula de Crédito à Exportação: emitida em junho de 2024, com o objetivo de financiar a construção da fábrica de açúcar na unidade Paulicéia/SP. A mesma tem vencimento até janeiro 2028 e remuneração atrelada ao CDI acrescida de 2,95%aa, contratada com o banco Cargill.
2. Debêntures Incentivadas: (BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), emitidas pela Companhia em 5 de junho de 2024. Foram emitidas 180.000 (cento e oitenta mil) Debêntures, sendo (a) 90.000 (noventa mil) Debêntures da 1ª (primeira) série da Emissão ("Debêntures da Primeira Série") e (a) 90.000 (noventa mil) Debêntures da 2ª (segunda) série da Emissão ("Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, "Debêntures").

As debêntures terão vencimentos em 15 de junho de 2029, 15 de junho de 2030 e 16 de junho de 2031. A remuneração depende da série emitida conforme segue: (1ª série) correção do IPCA acrescida de 8,2870% a.a.; (2ª série) correção correspondente ao percentual equivalente à 13,8973%.

Em 30 de junho de 2024, o saldo devedor em aberto dessas Debêntures de R\$181,1 milhões.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Cédula de Crédito Bancário (BNDES) – Emitida em janeiro de 2023, a companhia captou junto ao BNDES uma linha de crédito vinculada às suas notas de descarbonização denominada Renovabio com remuneração atrelada à SELIC acrescida de 2,89 % , com vencimento em 72 (setenta e duas) prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de fevereiro de 2025, e a última em 15 (quinze) de janeiro de 2031.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Como a Companhia tem apenas uma dívida (Debêntures), não há grau de subordinação. Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 30 de junho de 2024 possui cláusulas específicas de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as suas dívidas é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor e dos instrumentos de garantia constituídas, conforme aplicável.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

Existem cláusulas contratuais de limites de endividamento e alienação de controle societário.

O quadro abaixo apresenta os covenants mencionados, os parâmetros exigidos e os valores performados.

A companhia possui os seguintes *covenants* financeiros com as respectivas instituições financeiras, conforme abaixo:

- I. BTG Pactual (operação bilateral):
 - a. Dívida Líquida / EBITDA Ajustado < 2,50x
 - b. Liquidez Corrente > 1,0x
- II. Debêntures:
 - a. Dívida Líquida / EBITDA Ajustado < 2,50x
 - b. Liquidez Corrente > 1,0x
- III. CRA:
 - a. Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado < 2,00x
 - b. Dívida Líquida Ajustada / Moagem < R\$ 100,00/ton

Na data de 30 de junho de 2024 todos os covenants listados estão atendidos.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa da Controladora

Comparação das demonstrações individuais do resultado da Controladora para os períodos de três meses findo em 30 de junho de 2024 e 2023

	Controladora	
	30/06/2024	30/06/2023
		(Não revisado)
Receita líquida	327.931	414.073
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(296.234)	(340.852)
Variação do valor justo do ativo biológico	46.870	-
Lucro bruto	78.567	73.221
(Despesas)/receitas operacionais		
Despesas com vendas	(10.831)	(10.873)
Despesas administrativas e gerais	(20.755)	(18.967)
Resultado de equivalência patrimonial	(9.596)	-
Outras receitas operacionais, líquidas	25.718	14.593
	(15.464)	(15.247)
Lucro antes do resultado financeiro	63.103	57.974
Receitas financeiras	55.694	39.760
Despesas financeiras	(95.921)	(41.810)
Resultado financeiro	(40.226)	(2.050)
(Prejuízo)/lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	22.877	55.924
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	(32.519)	-
(Prejuízo)/lucro líquido do período	(9.642)	55.924

Receita líquida

Receita Líquida (R\$ mil)

Açúcar		Etanol		Energia		Outros		Controladora	
23/24	24/25	23/24	24/25	23/24	24/25	23/24	24/25	23/24	24/25
208,2	168,6	177,1	141,2	1,8	2,3	26,9	15,7	414,1	327,9

Na composição da receita líquida o etanol contribuiu em 43% do faturamento da empresa, e foi o mais afetado por políticas de precificação da gasolina no mercado nacional. Para minimizar o impacto das políticas de preços dos combustíveis que afetaram os preços do produto, a Usina Caeté priorizou a produção de açúcar em suas unidades do NE, procurando encaixar as vendas dentro dos melhores cenários de preços no mix de vendas. O açúcar participou de 52% das receitas e foi beneficiado por preços ainda competitivos tanto no mercado interno, quanto no mercado internacional. Houve, todavia, uma antecipação dos embarques previstos para o período abril/junho 2024, que ocorreram em março 2024, o que reduziu a previsão de receitas para este trimestre.

Custo dos serviços prestados

CUSTOS	AÇÚCAR - R\$/SCS		ETANOL - R/M3	
	ABR - JUN/23	ABR - JUN/24	ABR - JUN/23	ABR - JUN/24
INDUSTRIAL	27,74	26,44	835,26	915,68
AGRÍCOLA	30,68	32,20	861,28	785,64
MATÉRIA PRIMA	37,80	39,66	718,80	655,67
	96,22	98,30	2.415,34	2.356,99

Os custos médios dos produtos vendidos caíram 13% em valores absolutos em função dos menores volumes transacionados em relação à safra 2023/2024, mas mantiveram as margens em relação à receita líquida. Há a tendencia de redução dos custos à medida do andamento da safra e diluição dos custos fixos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receitas financeiras

28. Resultado financeiro

	Controladora	
	30/06/2024	30/06/2023
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	3.958	1.723
Variações cambiais ativas	1.590	32.199
Ajuste a valor justo s/empréstimos e financiamentos	48.926	2.730
Outras receitas financeiras	1.220	3.108
	55.694	39.760
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(23.355)	(20.725)
Juros mora fornecedores	(102)	(1)
Juros sobre impostos e contribuições	1.260	(1.218)
Variações cambiais passivas	(51.584)	(9.878)
Ajuste a valor justo s/empréstimos e financiamentos	-	-
Outras despesas financeiras	(22.140)	(9.988)
	(95.921)	(41.810)
Resultado financeiro	(40.226)	(2.050)

A receitas financeiras foram afetadas pela redução nas variações cambiais negativas. A aumento do valor do dólar contribuiu de forma primária para essa redução. Com a maior disponibilidade em Caixa, há uma maior remuneração sobre as aplicações financeiras.

Despesas financeiras

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	3.958	1.723	3.967	1.723
Variações cambiais ativas	1.590	32.199	1.591	32.199
Ajuste a valor justo s/empréstimos e financiamentos	48.926	2.730	48.926	2.730
Outras receitas financeiras	1.220	3.108	1.226	3.110
	55.694	39.760	55.710	39.762
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(23.355)	(20.725)	(28.653)	(30.670)
Juros mora fornecedores	(102)	(1)	(103)	(3)
Juros sobre impostos e contribuições	1.260	(1.218)	1.247	(1.235)
Variações cambiais passivas	(51.584)	(9.878)	(51.584)	(9.878)
Ajuste a valor justo s/empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	(22.140)	(9.988)	(22.141)	(9.987)
	(95.921)	(41.810)	(101.233)	(51.773)
Resultado financeiro	(40.226)	(2.050)	(45.523)	(12.011)

Apesar da redução do custo da dívida vindo das sucessivas reduções da taxa básica de juros do governo, o aumento das captações no mesmo período, refletiram em um aumento de 13% nos juros sobre empréstimos e financiamentos. Houve um aumento expressivo nos valores de comissões sobre os financiamentos, fruto do fechamento de novas operações em particular as debentures.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

(em R\$ milhões, exceto %)	30/06/2024	Análise	30/06/2023	Análise	Análise
		Vertical		Vertical	Horizontal
Imposto de renda e contribuição social diferidos	- 32,5	-9,9%	-	0,0%	100,0%

O valor com imposto de renda e contribuição social, diferidos, no exercício social encerrado em 30 de junho de 2024 foi de R\$ 32,5 milhões. Não houve provisão para essa rubrica no mesmo período anterior. A variação atribuída substancialmente ao reconhecimento de uma receita com valor justo de ativos biológicos nos ativos biológicos o qual gerou o benefício R\$ 46,9 milhões e do ajuste a valor presente positivo na ordem de R\$ 48 mihões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro líquido (prejuízo) do período

(em R\$ milhões, exceto %)	30/06/2024	Análise Vertical	30/06/2023	Análise Vertical	Análise Horizontal
Resultado do Período	(9,6)	(2,9%)	55,9	13,5%	(117,2%)

O resultado líquido da companhia ficou negativo em -R\$ 9,6 milhões, e foi afetado basicamente pela forte variação cambial negativa e do resultado negativo de participações societárias no trimestre. Contribuíram também para um pior a realização de menores volumes de açúcar comercializados que conferem uma margem melhor.

Comparação das demonstrações das demonstrações do resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2024 e 2023

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	De 01/04/2023 a 31/03/2024	De 01/04/2022 a 31/03/2023
Receita líquida	1.762.013	1.287.041
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(1.483.247)	(1.146.783)
Variação do valor justo do ativo biológico	(40.668)	24.426
Lucro bruto	238.098	164.684
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com vendas	(53.317)	(33.388)
Despesas administrativas e gerais	(78.583)	(72.415)
Resultado de equivalência patrimonial	(27.260)	32.861
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	58.674	86.876
	(100.486)	13.934
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	137.612	178.618
Receitas financeiras	148.646	97.375
Despesas financeiras	(180.385)	(204.012)
Resultado financeiro	(31.739)	(106.637)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	105.873	71.981
Provisão imposto de renda e contribuição social	(1.621)	(1.992)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.615)	(12.759)
Lucro líquido do exercício	98.637	57.230
Resultado por ação - básico e diluído (Em R\$)	10.110	5.866

Receita operacional líquida.

No período a produção de açúcar totalizou 289 mil toneladas 16% acima da safra anterior, e Etanol 301 mil m³, 45% acima do volume produzido na safra anterior. A Companhia é autossuficiente na cogeração de energia em suas três unidades industriais. Em março de 2024 a companhia produziu e comercializou CBIOS, agregando valor ao preço médio do etanol. A comercialização desses certificados ocorre após a escrituração, principalmente com distribuidoras de combustíveis. A receita operacional líquida teve um acréscimo de 37% em relação à safra anterior, ocasionados basicamente pela realização dos estoques da safra anterior, aliados aos bons preços de açúcar.

Receita Líquida (R\$/mil)									
Açúcar		Etanol		Energia		Outros		Controladora	
23/24	22/23	23/24	22/23	23/24	22/23	23/24	22/23	23/24	22/23
952,9	556,9	677,6	602,2	12,7	8,2	119,4	119,7	1.762,6	1.287,0

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Custo dos serviços prestados.

Os custos médios dos produtos vendidos subiram 35% em valores absolutos em função dos maiores volumes transacionados em relação à safra 2022/2023, mas mantiveram as margens em relação à receita líquida. Dentre os fatores, destacamos a elevação dos insumos como combustíveis e produtos químicos industriais, e o custo de serviços em geral, com valores corrigidos acima da inflação. Dentre os fatores observados, houve questão de desabastecimento de alguns materiais, tanto como reflexo da guerra Rússia-Ucrania, como ainda reflexo da pandemia.

Custos	Açúcar MI - scs		Etanol - m³	
	23/24	22/23	23/24	22/23
	92,8	89,5	2.351,0	2.251,2
Custos Industriais	34,6	30,9	1.075,0	939,4
Custos Agrícolas	30,4	26,3	712,0	675,8
Matéria Prima	27,9	32,4	564,0	636,1

Receitas financeiras.

28. Resultado financeiro

	31/03/2024	31/03/2023
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	11.868	6.846
Variações cambiais ativas	60.747	74.702
Ajuste a valor presente s/empréstimos e financiamentos	58.285	12.092
Outras receitas financeiras	17.746	3.735
	148.646	97.375
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(86.259)	(81.599)
Juros mora fornecedores	(4.518)	(2.218)
Juros sobre impostos e contribuições	(11.061)	(5.757)
Variações cambiais passivas	(55.876)	(112.004)
Ajuste a valor presente s/empréstimos e financiamentos	-	157
Outras despesas financeiras	(22.671)	(22.591)
	(180.385)	(204.012)
Resultado financeiro	(31.739)	(106.637)

As receitas financeiras do período reportado, foram beneficiadas pela reavaliação do valor justo de dívidas com prazo com vencimento em 2039 (Fundo Ligh House) e pelos rendimentos auferidos nos maiores volumes de aplicações financeiras. Houve uma variação expressiva nos ganhos em operações de hedge de açúcar em relação à safra anterior.

Despesas financeiras.

28. Resultado financeiro

	31/03/2024	31/03/2023
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	11.868	6.846
Variações cambiais ativas	60.747	74.702
Ajuste a valor presente s/empréstimos e financiamentos	58.285	12.092
Outras receitas financeiras	17.746	3.735
	148.646	97.375
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(86.259)	(81.599)
Juros mora fornecedores	(4.518)	(2.218)
Juros sobre impostos e contribuições	(11.061)	(5.757)
Variações cambiais passivas	(55.876)	(112.004)
Ajuste a valor presente s/empréstimos e financiamentos	-	157
Outras despesas financeiras	(22.671)	(22.591)
	(180.385)	(204.012)
Resultado financeiro	(31.739)	(106.637)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os destaques nas despesas financeiras foram pelo aumento dos juros apropriados em função do aumento das captações na safra anterior e pela redução da variação cambial passiva. As perdas com hedge são oriundas das travas das moedas e os juros sobre impostos foram registrados pelas renegociações de parcelamentos.

Comparação das demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2024 e 2023 e 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023

Principais variações das demonstrações dos fluxos de caixa

em R\$ milhões	30/06/2024	30/06/2023	31/03/2024	31/03/2023
Fluxo de Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais	(73.499)	110.429	268.440	40.438
Fluxo de Caixa Líquido utilizado nas Atividades de Investimento	(96.379)	(43.471)	(142.837)	(255.478)
Fluxo de Caixa Líquido proveniente das Atividades de Financiamento	304.287	(51.161)	(23.547)	255.909
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	134.409	15.797	102.056	40.869

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.

O Fluxo de Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais totalizou R\$ 268,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2024, comparado a R\$ 40,4 milhões em 31 de março de 2023. O aumento de R\$ 228 milhões ou 564,3%, é justificada principalmente pela aumento da margem bruta (lucro bruto em relação a receita líquida), motivada pelos bons preços do açúcar nos mercados internos e internacionais e de maiores volumes exportados de açúcar pela antecipação de embarques previstos para o ciclo 2024/2025. Há um aumento expressivo dos estoques de açúcar destinado ao mercado interno. A reversão do resultado da equivalência patrimonial aliado ao resultado positivo do valor justo do ativo biológico também é ponto positivo na geração do caixa e vem basicamente do reflexo dos resultados da CESMC (Cia Energética) da qual a Usina Caeté detem 100% das ações. Tais movimentos contribuíram parcialmente na compensação dos gastos com ativos biológicos e pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento.

O Fluxo de Caixa Líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 142,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2024, comparado a R\$ 255,5 milhões em 31 de março de 2023.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento.

O Fluxo de Caixa Líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 23,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2024, comparado a R\$ 255,9 milhões em 31 de março de 2023.

Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

O aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa vem principalmente proveniente das atividades operacionais que apresentaram um melhor resultado em comparação à safra anterior em 564%, uma menor necessidade de investimentos que reduziram 44% em relação ao período 2023/2024.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia (informações da controladora)

são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Em R\$ milhões, exceto x)	Em 30 de Junho de 2024	Em 31 de março de 2024	Em 31 de março de 2023
Empréstimos e financiamentos passivo circulante	211.147	217.659	290.313
Empréstimos e financiamentos passivo não circulante	642.852	319.986	315.518
Dívida Bruta	853.999	537.645	605.831
(-) Caixa e equivalentes de caixa	332.173	197.764	95.708
(-) Aplicações financeiras do ativo não circulante	12.082	14.569	5.891
Dívida Líquida	509.744	325.312	504.232
Patrimônio Líquido	495.368	505.010	405.570
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	1,03X	0,64X	1,24X

Em 31 de março de 2024, a Dívida Bruta somava R\$ 537,6 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023 no valor de R\$ 605,8 milhões, o que representou diminuição de R\$ 68,2 milhões, ou -11,2%. Em 31 de março de 2024, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 197,7 milhões e a posição de aplicação financeira no ativo não circulante era de R\$14,6 milhões e a Dívida Líquida somava R\$ 325,3 milhões, com uma medição de Dívida Líquida dividida pelo Patrimônio Líquido de 0,64x.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultados operacional e financeiro

a) resultados das operações da Companhia:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2024 e 2023 estão concentradas na comercialização, no mercado nacional e internacional, de (i) etanol, (ii) açúcar, (iii) energia elétrica, (iv) saneantes, (vii), CBIOS e (ix) outras vendas. As unidades do nordeste tem focado suas vendas em açúcar no varejo regional e nas exportações de açúcar predominantemente em quotas.

Abaixo tabelas com mais informações sobre as receitas da Companhia:

Receita Bruta (R\$ milhões)	31/03/2024	31/03/2023
Mercado Externo	624.952	328.616
Açúcar Branco	133.351	70.850
Açúcar VHP	491.540	256.572
Outras Vendas	61	1.194
Mercado Interno	1.320.964	1.093.963
Açúcar Branco	382.255	269.531
Etanol	794.432	681.886
Energia Elétrica	17.556	9.279
CBIOS	29.807	-
Saneantes 46,1 71,9	985	2.245
Outras Vendas	95.929	131.022
Total	1.945.916	1.422.579
Mercado Externo	32,12%	23,10%
Mercado Interno	67,88%	76,90%
Total	100,00%	100,00%

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Clima, preços da commodity no mundo, política de preços de combustíveis no país, taxas de juros de financiamentos, instabilidade política nacional são fatores que podem afetar diretamente os resultados operacionais. A companhia tem investido na ampliação da irrigação nas unidades do nordeste que cobre 56%, ou 20,3 mil hectares do total de 36.023,0 hectares destas unidades. Em São Paulo a irrigação cobre % de um total de 32 mil hectares da área de cana-de-açúcar, os resultados das operações da Companhia são diretamente influenciados pelos fatores regionais onde estão localizados os canaviais das empresas, tais como o clima, o relevo, a litologia, a temperatura, a umidade do ar, a radiação, ou tipo de solo, o vento, a composição atmosférica e a precipitação pluvial.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Fatores tais quais (i) modificações de preços, (ii) taxas de câmbio, (iii) alterações de volumes e (iv) introdução de novos produtos e serviços também podem impactar as receitas da Companhia. Não houve eventos relevantes no período reportando variações atribuídas a introdução de novos produtos. Houve movimentação de antecipação de exportações das quais modificaram a expectativa de receita para o trimestre 06/2024 contr 06/2023 e isso afetou os volumes vendidos no período. Preços e inflação tiveram pouco impacto no período em nossos resultados.

Alteração de volume e Modificações de preços:

As principais modificações relevantes nos preços e volumes dos produtos vendidos estão refletidas no açúcar os quais apresentaram preços até 33% maiores do que os praticados no mesmo período da safra anterior, que compensou a redução das receitas de etanol o qual apresentou retração de preço médio apesar de ter sido comercializado em maior volume em relação à safra anterior, fruto de uma maior moagm em Pauliceia. Houve uma movimentação de antecipação de embarques de açúcar para o exterior alterando o volume previsto de venda em relação ao mesmo período anterior.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Receita Bruta (R\$ milhões)	31/03/2024	31/03/2023
Mercado Interno		
Açúcar		
Volume (mil scs)	2.854	1.674
Preços médios (R\$/sc)	159,43	147,25
Etanol		
Volume (mil mts ³)	282.600	220.100
Preços médios (R\$/mt ³)	2.760,00	3.210,00
Mercado Externo		
Açúcar		
Volume (mil scs)	3.776	3.266
Preços médios (R\$/sc)	135,44	101,29

Inflação

Historicamente, as receitas da Companhia não sofrem impacto relevante da inflação. No entanto, o resultado operacional da Companhia pode ser afetado por variações nos índices de inflação, tendo em vista que determinados serviços contratados pela Companhia têm seus valores contratuais reajustados periodicamente por indexadores como o IGP-M e o IPCA, principalmente as despesas com pessoal, como salários, encargos e benefícios. O crescimento da inflação poderá (i) impactar negativamente o resultado operacional caso não seja possível repassar para o preço final dos produtos comercializados o

aumento dos custos ocorridos em detrimento de tal variação, e (ii) reduzir o volume de novos investimentos devido ao aumento no custo de captação e depreciação do cenário macroeconômico.

A inflação não provocou variações relevantes nas receitas.

c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado por mudanças no cenário econômico, como alterações nas taxas de juros de curto e longo prazos, índices de inflação e política cambial.

A companhia trabalha com programação de compras antecipadas de alguns insumos, visando minimizar os impactos de oscilações de moedas e inflação. Todavia, insumos como combustíveis estão suscetíveis a oscilação de preços no mercado. Determinados serviços utilizados têm seus valores contratuais reajustados periodicamente por indexadores como o IGP-M e o IPCA, principalmente as despesas com pessoal, como salários, encargos e benefícios. O crescimento da inflação poderá (i) impactar negativamente o resultado operacional caso não seja possível repassar para o preço final dos produtos comercializados o aumento dos custos ocorridos em detrimento de tal variação, e (ii) reduzir o volume de novos investimentos devido ao aumento no custo de captação e depreciação do cenário macroeconômico.

Inflação:

A inflação foi mais percebida nos materiais ferrosos, combustíveis e serviços prestados por terceiros. Nos demais itens houve pouco impacto inflacionário.

Os custos de aquisição de determinados insumos e equipamentos utilizados ao longo do processo produtivo, como preparo de solo, plantio, trato cultural, corte, carregamento e transporte da cana e industrialização da matéria prima, sofrem influência direta ou indireta da inflação e da variação cambial, influenciando no resultado operacional da empresa. A variação de preços dos insumos poderá impactar negativamente os resultados operacionais caso não ocorra o repasse do aumento nos custos ao consumidor. Nossos custos de aquisição de insumos são impactados pela variação de preços internacionais devido a variações na taxa de câmbio e no balanço entre oferta e demanda mundial.

Variação dos preços dos principais insumos e produtos:

A companhia trabalha com programação de compras antecipadas de alguns insumos, visando minimizar os impactos de oscilações de moedas e inflação. Todavia, insumos como combustíveis, fertilizantes e herbicidas estão mais suscetíveis a oscilação de preços no mercado. Os custos de alguns itens utilizados ao longo do processo produtivo, seja no preparo de solo, plantio, trato cultural, corte, carregamento e transporte da cana e industrialização da matéria prima, sofrem influência direta ou indireta da inflação e da variação cambial, influenciando no resultado operacional da empresa. A variação de preços dos insumos e produtos poderá impactar os resultados operacionais.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Câmbio:

	31/03/2024	31/03/2023	variação
Taxa de Câmbio(1) Reais/Dólares			
dos Estados Unidos	4,9962	5,063	-7,30%
(1) Taxa de câmbio PTAX publicada pelo Banco Central do Brasil na data de encerramento de cada exercício social			

A variação cambial pode impactar basicamente nos itens variáveis de custos como fertilizantes, herbicidas, combustíveis , pois há uma dependencia externa em sua composição. Este impacto pode ser negativo nos custos caso haja uma desvalorização da moeda em relação ao dólar, mas por outro lado, pode beneficiar, as exportações de açúcar. O processo inverso também poderá trazer um impcato positivo nos custos, mas prejudicar as receitas para o mercado internacional.

Taxa de juros:

A redução gradativa da SELIC pode beneficiar o resultado financeiro da companhia pois os indexadores dos contratos de financiamento são, principalmente o CDI, a Selic, a IPCA, a taxas pré fixadas e a SOFR, que no encerramento de 31 de março de 2024 indexavam, respectivamente, 53,6%, 17,3%, 11,4%, 13,8% e 4,1% dos contratos de financiamento. O resultado financeiro está sujeito a variação em quaisquer destes indexadores, à variação cambial relacionada à parcela da dívida em Dólares norte-americanos, que no mesmo período representava 4,2% da dívida bruta da Companhia e nos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção cambial.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras no exercício social encerrado em 31 de março de 2024 e no período de três meses findo em 30 de junho de 2024.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Sobre as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024:

Ressalva

Reconhecimento e mensuração de investimento em outras sociedades

Conforme Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a Companhia apresenta saldo de investimentos no montante de R\$ 79.452 mil, dos quais R\$ 6.856 mil são referentes ao investimento na controlada Vila da Pedra Empreendimentos Imobiliários Ltda. Em 18 de fevereiro de 2021, a Companhia adquiriu participação de 49,60% da Empresa Vila da Pedra Empreendimentos Imobiliários Ltda., pelo valor de aquisição de R\$ 45.420 mil. Em 31 de março de 2021 reconheceu, no resultado do exercício, perda por equivalência patrimonial de R\$ 28.348 mil, dos quais R\$ 43.923 mil se referem perda na Vila da Pedra Empreendimentos Imobiliários Ltda. As práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial, o Item 32 do CPC 18 – investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, requerem que a diferença entre o custo de aquisição do investimento e a participação do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida devem ser contabilizados como ágio fundamentado em rentabilidade futura, a ser incluído no valor contábil do investimento e sua amortização não é permitida. Até o fim de nosso trabalho não tínhamos recebido laudo de avaliação do valor justo dos ativos e passivos identificáveis da investida, de maneira que suportassem o reconhecimento do ágio fundamentado por rentabilidade futura na Companhia. Consequentemente, não nos foi possível determinar a necessidade de ajustes que poderiam impactar as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de março de 2024, incluindo as respectivas divulgações em notas explicativas.

Revisão dos controles sobre contratos de arrendamento

Conforme Nota Explicativa nº 14 às demonstrações contábeis, a Companhia apresenta no balanço patrimonial saldos de R\$ 766.554 mil referentes a direito de uso de contratos de arrendamento, líquidos de amortização acumulada e R\$ 766.554 mil referentes a passivos de contratos de arrendamento, dos quais R\$ 128.451 mil estão apresentados no passivo circulante e R\$ 638.103 mil no passivo não circulante. A Companhia iniciou processo de revisão para implementação de novos controles sobre os contratos de arrendamentos, parcerias agrícolas e locação de equipamentos que podem provocar ajustes nos saldos apresentados nas demonstrações contábeis do exercício corrente e de exercícios anteriores. Devido ao estágio que essa revisão se encontra, não nos foi possível determinar os efeitos desses ajustes nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de março de 2024, bem como os impactos nos valores correspondentes e nas divulgações em notas explicativas.

Ajustes de exercícios anteriores

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de março de 2024, ajustes no montante de R\$5.146 mil referente impostos a recuperar de exercícios anteriores, lançando em contrapartida a conta de lucros e prejuízos acumulados, no patrimônio líquido. De acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tais ajustes deveriam ter sido apresentados de forma retrospectiva, modificando os saldos iniciais das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de março de 2024. Consequentemente, os saldos iniciais dessas demonstrações contábeis não contemplam os efeitos dos ajustes realizados no exercício findo em 31 de março de 2024, bem como percebemos a ausência de divulgação do respectivo ajuste em notas explicativas. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Ênfases

Operações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº10 às demonstrações contábeis, chamamos atenção para o fato de a Companhia manter operações com partes relacionadas, efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e essas partes relacionadas. Portanto, as demonstrações contábeis referidas, devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Reemissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de março de 2024 As demonstrações contábeis da Companhia, para o exercício findo em 31 de março de 2024, foram por nós auditadas e nosso relatório datado de 12 de julho de 2024 foi emitido com ressalvas sobre os mesmos assuntos mencionados no parágrafo “base para opinião com ressalvas”. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.13 (g), em decorrência da correção de erros nas demonstrações contábeis da CESMC – Companhia Energética de São Miguel dos Campos (“Controlada”), referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024, essas demonstrações contábeis estão sendo reemitidas, para considerar os ajustes referentes a correção do erro identificado na Controlada. Dessa forma, as demonstrações contábeis emitidas nessa data, substituem integralmente as originalmente emitidas em 12 de julho de 2024. Nosso relatório, que substitui o anterior, não contém qualquer modificação relacionada a esse assunto.

Sobre as informações financeiras da Companhia, relativas ao período de três meses findo em 30 de junho de 2024.

Ressalvas

Reconhecimento e mensuração de investimento em outras sociedades

Conforme Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis intermediárias, a Companhia apresenta saldo de investimentos, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R\$ 78.001 mil na controladora e R\$ 74.561 mil no consolidado. Do total da rubrica, R\$ 7.627 mil são referentes ao investimento na Controlada Vila da Pedra Empreendimentos Imobiliários Ltda. Em 18 de fevereiro de 2021, a Companhia adquiriu participação de 49,60% da empresa Vila da Pedra Empreendimentos Imobiliários Ltda., pelo valor de aquisição de R\$ 45.420 mil. Em 31 de março de 2021 reconheceu, no resultado do exercício, perda por equivalência patrimonial de R\$ 28.348 mil, dos quais R\$ 43.923 mil se referem à perda na Vila da Pedra Empreendimentos Imobiliários Ltda. As práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial, o Item 32 do CPC 18 – investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, requerem que a diferença entre o custo de aquisição do investimento e a participação do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida devem ser contabilizados como ágio fundamentado em rentabilidade futura, a ser incluído no valor contábil do investimento e sua amortização não é permitida. Até o fim de nosso trabalho não tínhamos recebido o laudo de avaliação do valor justo dos ativos e passivos identificáveis da investida, de maneira que suportassem o reconhecimento do ágio fundamentado por rentabilidade futura na Companhia. Consequentemente, não nos foi possível determinar a necessidade de ajustes que poderiam impactar as demonstrações contábeis do período findo em 30 de junho de 2024, incluindo as respectivas divulgações em notas explicativas.

Revisão dos controles sobre contratos de arrendamento

Conforme Nota Explicativa nº14 às demonstrações contábeis, a Companhia apresenta no balanço patrimonial saldos de R\$ 724.280 mil referentes a direito de uso de contratos de arrendamento, líquidos de amortização acumulada e R\$ 724.280 mil referentes a passivos de contratos de arrendamento e parcerias agrícolas a pagar, dos quais R\$ 86.177 mil estão apresentados no passivo circulante e R\$ 638.103 mil no passivo não circulante. A Companhia iniciou processo de revisão para implementação de novos controles sobre os contratos de arrendamentos, parcerias agrícolas e locação de equipamentos que podem provocar ajustes nos saldos apresentados nas demonstrações contábeis do período corrente e de exercícios anteriores. Devido ao estágio que essa revisão se encontra, não nos foi possível determinar os efeitos desses ajustes nas demonstrações contábeis do período findo em 30 de junho de 2024, bem como os impactos nos valores correspondentes e nas divulgações em notas explicativas.

Aumento de capital em valor superior ao saldo de reserva de incentivo fiscal disponível

Conforme nota explicativa nº 22, às demonstrações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2024, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária, assinada em 14 de abril de 2024, a Companhia, orientada por seus assessores jurídicos, utilizou o saldo de incentivo fiscal apresentado em seus controles gerenciais para realização do aumento de capital, no montante de R\$ 156.132 mil. Porém, com base nos saldos apresentados nas demonstrações contábeis auditadas do exercício findo em 31 de março de 2024, a reserva de incentivo fiscal apresentava saldo no montante de R\$ 142.320 mil. Consequentemente, o excedente ao saldo de reservas, no montante de R\$ 13.812 mil foi reconhecido em contrapartida à conta de prejuízos acumulados, situação que não está em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Ênfases

Operações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº10 às demonstrações contábeis, chamamos atenção para o fato de a Companhia manter operações com partes relacionadas, efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e essas partes relacionadas. Portanto, as demonstrações contábeis referidas, devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Reapresentação dos saldos correspondentes às demonstrações contábeis da Controladora, referente ao exercício findo em 31 de março de 2024

As demonstrações contábeis individuais da Companhia, para o exercício findo em 31 de março de 2024, foram por nós auditadas e nosso relatório datado originalmente de 12 de julho de 2024 e reemitido em 04 de outubro de 2024, com ressalvas sobre o reconhecimento e mensuração de investimento em outras sociedades, revisão dos controles sobre contratos de arrendamento e ajustes de exercícios anteriores. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.13 (g), em decorrência da correção de erros nas demonstrações contábeis da Controlada CESMC – Companhia Energética de São Miguel dos Campos referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial da controladora, referente ao exercício findo em 31 de março de 2024, apresentados em conjunto com as demonstrações contábeis intermediárias da controladora, do período de três meses findos em 30 de junho de 2024, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os ajustes realizados foram por nós revisados e nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reemissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 30 de junho de 2024

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, para o período de três meses findos em 30 de junho de 2024, foram por nós revisadas e nosso relatório datado de 30 de agosto de 2024 foi emitido com ressalvas sobre os mesmos assuntos mencionados no parágrafo “base para conclusão com ressalvas”. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.13 (g), em decorrência da correção de erros nas demonstrações contábeis da CESMC – Companhia Energética de São Miguel dos Campos (“Controlada”), referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024, essas demonstrações contábeis intermediárias estão sendo reemitidas, para considerar os ajustes referentes a correção do erro identificado na Controlada. Dessa forma, as demonstrações contábeis intermediárias emitidas nessa data, substituem integralmente as originalmente emitidas em 30 de agosto de 2024. Nosso relatório, que substitui o anterior, não contém qualquer modificação relacionada a esse assunto.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que no exercício social encerrado em 31 de março de 2024 e no período de três meses findo em 30 de junho de 2024, não houve a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, tendo em vista que no exercício social encerrado em 31 de março de 2024 e no período de três meses findo em 30 de junho de 2024, não houve a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que no exercício social encerrado em 31 de março de 2024 e no período de três meses findo em 30 de junho de 2024, não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

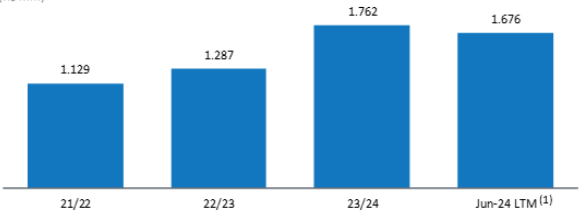
2.5 - Medições não contábeis



Destaques Financeiros - Controladora

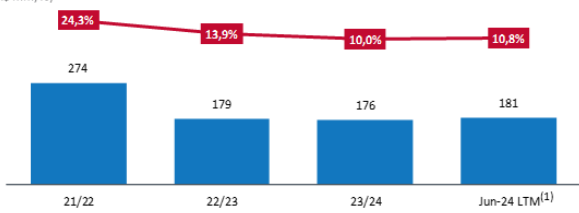
Receita Líquida

(R\$ mm)



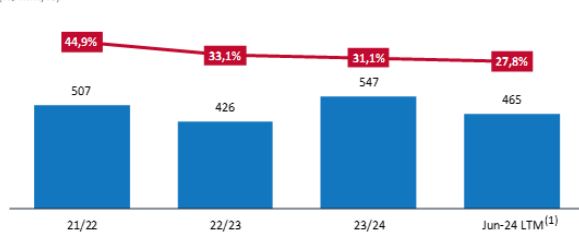
EBIT e Margem EBIT

(R\$ mm; %)



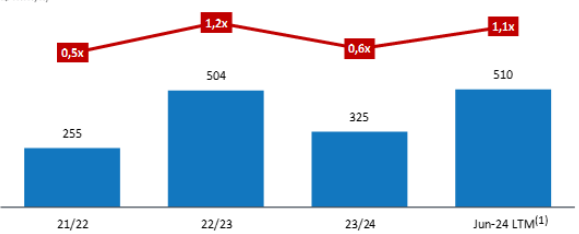
EBITDA Ajustado⁽²⁾ e Margem EBITDA Ajustado⁽²⁾

(R\$ mm; %)



Dívida Líquida⁽³⁾ e Dívida Líquida⁽³⁾/EBITDA Ajustado⁽²⁾

(R\$ mm; x)



Notas: (1) LTM (Last Twelve Months) refere-se ao desempenho ou resultados acumulados dos últimos 12 meses; (2) "EBITDA Ajustado" representa "EBITDA" acrescido da variação do valor justo de ativo biológico (efeito não-caixa). "EBITDA" representa o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização; (3) Dívida líquida composta por empréstimos e financiamentos circulares e não circulares, deduzida do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A dívida líquida não inclui arrendamentos a pagar

1



Destaques Financeiros - Consolidado

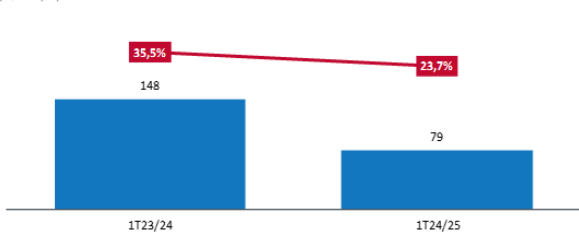
Receita Líquida

(R\$ mm; %)



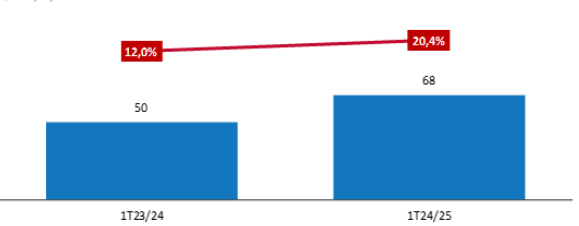
EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado⁽¹⁾

(R\$ mm; %)



EBIT e Margem EBIT

(R\$ mm; %)



Dívida Líquida⁽²⁾

(R\$ mm)



Notas: (1) "EBITDA Ajustado" representa "EBITDA" acrescido da variação do valor justo de ativo biológico (efeito não-caixa). "EBITDA" representa o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização. ; (2) Dívida líquida composta por empréstimos e financiamentos circulares e não circulares, deduzida do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A dívida líquida não inclui arrendamentos a pagar

2



2.5 Medições não contábeis

Margem EBITDA Ajustado: A margem EBITDA Ajustado consiste na divisão do EBITDA Ajustado, anteriormente descrito, pela receita líquida.

	Controladora					
	30/06/2024	30/06/2023	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2022	LTM(*)
Lucro líquido	(9.642)	55.924	98.637	57.230	250.832	33.071
(+) IR e CSLL	32.519	-	7.236	14.681	929	39.755
(+) Resultado financeiro	40.226	2.050	31.739	106.637	22.427	69.915
(+) Depreciação e amortização						-
Depreciação do ativo imobilizado	7.372	6.826	27.156	80.828	72.122	27.702
Amortização do Intangível	57	51	-	-	-	6
Depreciação lavoura	17.590	22.727	75.172	-	-	70.035
Depreciação Ativo biológico	31.122	66.815	266.651	191.275	149.422	230.958
EBITDA	119.244	154.393	506.591	450.651	495.732	471.442
Valor justo de ativo biológico	(46.870)	-	40.668	(24.426)	10.877	(6.202)
EBITDA Ajustado	72.374	154.393	547.259	426.225	506.609	465.240
Receita líquida	327.931	414.073	1.762.013	1.287.041	1.128.955	1.675.871
Margem EBITDA	36,4%	37,3%	28,8%	35,0%	43,9%	28,1%
Margem EBITDA Ajustado	22,1%	37,3%	31,1%	33,1%	44,9%	27,8%

(*) LTM (Last Twelve Months) refere-se ao desempenho ou resultados acumulados dos últimos 12 meses findo em 30 de junho de 2024. O LTM foi calculado com base nas informações contábeis de 31 de março de 2024 subtraindo as informações contábeis de 30 de junho de 2023 e adicionando as informações contábeis de 30 de junho de 2024.

(ii) DÍVIDA LÍQUIDA

A dívida líquida da Empresa é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste no valor da dívida bruta (empréstimos e financiamentos, e não considera os valores de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar), descontada de (i) caixa e equivalentes de caixa e (ii) aplicações financeiras – não circulante. A dívida líquida é um indicador financeiro utilizado para avaliar a solvência e capacidade de uma empresa fazer frente às suas obrigações quando medida em conjunto com seu EBITDA (descrito no item acima).

	Controladora			
	30/06/2024	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2022
(+) Empréstimos e Financiamentos - Circulante	211.147	217.659	290.313	116.196
(+) Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante	642.852	319.986	315.518	195.460
(=) Dívida Bruta	853.999	537.645	605.831	311.656
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	332.173	197.764	95.708	54.389
(-) Aplicações financeiras (Não circulante)	12.082	14.569	5.891	1.553
Dívida Líquida	509.744	325.312	504.232	255.714

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

2.7 Destinação de resultados

2.7 - Destinação de resultados

A companhia segue a legislação societária para aplicação da distribuição de seus resultados. O percentual estabelecido para distribuição de dividendos segue os 25% obrigatórios em norma.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off - balance sheet items*), tais como: (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iii) contratos de construção não terminada; e (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não há itens, sejam ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras e/ou informações financeiras intermediárias da Companhia.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens, sejam ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras e/ou informações financeiras intermediárias da Companhia.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Item não aplicável visto que não há itens, sejam ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras e/ou informações financeiras intermediárias da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação

Item não aplicável visto que não há itens, sejam ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras e/ou informações financeiras intermediárias da Companhia.

c) natureza e montantedas obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Item não aplicável visto que não há itens, sejam ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras e/ou informações financeiras intermediárias da Companhia.

2.10 Planos de negócios

2.10 - Plano de negócios

a) investimentos, incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia conta e poderá contar com fontes diversificadas e complementares de capital para financiar seus investimentos, incluindo aportes, sua própria geração de caixa e financiamentos em linhas de crédito oferecidas por bancos de fomento nacionais e internacionais bem como acesso ao mercado de capitais e agências multilaterais. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia tem a emissão das Debêntures.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

c) novos produtos e serviços, indicando (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não se aplica.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 21 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que o emissor não tenha divulgado projeções ou estimativas. Desta forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Nos termos do artigo 21 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que o emissor não tenha divulgado projeções ou estimativas. Desta forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 - Fatores de Risco com efeito potencial de influenciar a Decisão de Investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar adversamente e de forma relevante a Companhia. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes também poderão afetar adversamente a Companhia.

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, as demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias da Companhia e suas respectivas notas explicativas.

Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir.

O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Para os fins deste Seção 4.1, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar/causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas neste item devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante a subdivisão deste item 4.1, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

a. com relação à Companhia

As tensões geopolíticas representam um risco para a empresa. O aumento dessas tensões em áreas-chave de produção de petróleo pode levar a flutuações nos preços dos produtos vendidos, taxas de câmbio, insumos e questões logísticas, dependendo da situação. Esses riscos podem afetar a receita e os custos operacionais da empresa.

Riscos relacionados às condições climáticas podem impactar a empresa, especialmente geadas, problemas hídricos decorrentes de secas prolongadas e incêndios. Isso pode afetar negativamente a produtividade dos canaviais e, consequentemente, a produção de açúcar, etanol e outros coprodutos, influenciando as receitas, custos e o valor dos ativos biológicos.

Riscos nas políticas públicas de natureza econômica-tributária

As operações da Companhia abrangem uma variedade de riscos de segurança e outros riscos operacionais, incluindo, dentre outros, o manuseio, produção, armazenamento e transporte de materiais inflamáveis. Os riscos das operações agrícolas, industriais e logísticas da Companhia podem resultar em danos físicos e acidentes de trabalho, danos graves ou destruição de propriedade e equipamentos da Companhia e/ou de seus prestadores de serviço e fornecedores ou, ainda, acidentes ambientais. Um acidente ou uma fiscalização por parte de uma autoridade competente que conclua que há riscos de segurança em uma de suas unidades, estações de serviços, instalações de armazenamento ou nas propriedades rurais onde a Companhia atua, poderá obrigá-la a suspender suas operações e gerar penalidade imposta por parte das autoridades públicas, incluindo multas, interdições temporárias ou definitivas, dentre outras, resultando em expressivos custos de reparação, indenização, suspensão de atividades e perda de receita. Adicionalmente, quebras de equipamentos, problemas de controle de processo de produção, confiabilidade operacional de máquinas e equipamentos, incêndios, explosões, rupturas de dutos, desastres naturais, atrasos na obtenção de insumos ou de peças ou equipamentos de reposição necessários, acidentes no transporte ou outros incidentes também podem ter efeito substancialmente desfavorável nas operações da Companhia e, consequentemente, nos seus resultados. Acidentes, desastres naturais, paralisações e ineficiências operacionais podem contribuir para uma redução do volume de açúcar e etanol produzido ou para um aumento nos custos de produção que podem afetar os resultados da Companhia de forma relevante, além de poderem resultar na imposição de penalidades cíveis, administrativas e/ou criminais.

b. com relação aos acionistas da Companhia, em especial acionistas controladores da Companhia

A Companhia, em seu melhor entendimento, desconhece fatores de risco relacionados aos acionistas da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

c. com relação às controladas e coligadas da Companhia

A Companhia não possui controladas ou coligadas.

SOTAN - Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste Ltda. ("SOTAN")

A SOTAN é uma empresa limitada domiciliada no Brasil, com sede na Rodovia BR 104, S/N - Aeroporto Zumbi dos Palmares, na cidade Rio Largo, estado de Alagoas. O objetivo da SOTAN é a exploração de transporte aéreo de pessoas e cargas, na modalidade de táxi aéreo, prestando serviços a nível regional, nacional e internacional.

Varrela Pecuária Ltda. ("Varrela")

A Varrela é uma empresa limitada domiciliada no Brasil, com sede na Fazenda Varrela, Zona Rural, S/N, na cidade São Miguel dos Campos, estado de Alagoas. A Varrela tem por objetivo social a exploração da atividade pecuária.

Companhia Energética de São Miguel dos Campos ("CESMC")

A CESMC é uma sociedade por ações fechadas domiciliada no Brasil, com sede na Fazenda São João, Zona Rural, S/N, na cidade de São Miguel dos Campos, estado de Alagoas. A Companhia tem como objeto o desenvolvimento de um sistema integrado de geração de vapor e energia elétrica utilizando biomassa, suas atividades principais são a cogeração, fornecimento de energia elétrica e vapor, e a prestação de serviços relacionados à geração e otimização de eficiência energética.

d. com relação aos administradores da Companhia

A Companhia, em seu melhor entendimento, desconhece fatores de risco relacionados aos seus administradores.

e. com relação aos fornecedores da Companhia

Risco de performance de algum fornecedor por incapacidade financeira. A Companhia depende de terceiros que lhe prestam serviços especializados, industriais ou de manutenção periódica de seus principais equipamentos. Modificações na disponibilidade, qualidade e preços desses bens e/ou serviços podem impactar o desempenho financeiro e operacional da Companhia, especialmente no tocante à insumos agroindustriais fundamentais para suas atividades.

Pelo lado dos fornecedores de matéria prima e das parcerias agrícolas, todos são revestidos com contratos, os quais asseguram dentro do prazo contratado, a entrega de seus produtos.

f. com relação aos clientes da Companhia

Risco de inadimplência. A cia mantém rigorosos controles de inadimplência junto aos aproximadamente 3 mil clientes do varejo.

g. com relação aos setores da economia nos quais a Companhia atua

O setor sucroenergético no Brasil é particularmente sensível a mudanças nas condições econômicas e climáticas de forma global. Sob a ótica econômica, há de se observar a produção do açúcar, do qual é líder mundial de produção aonde os preços desta commodities estão atrelados ao mercado mundial e todas as suas idiossincrasias. Pelo lado dos combustíveis, o Brasil inicia um movimento importante rumo a contribuição da descarbonização do clima e o setor sucroenergético surge como principal ator neste processo através da produção do etanol carburante como elemento alternativo ao combustível fóssil, além de prover energia elétrica da biomassa do bagaço. "Sua importância no mundo atual se baseia na necessidade de redução do uso de fontes não renováveis, como os combustíveis fósseis, e na substituição por fontes renováveis, mais vantajosas economicamente e que geram baixo impacto negativo na natureza."

h. com relação à regulação dos setores em que a Companhia atua

As atividades desenvolvidas pela Companhia para produção de açúcar, etanol e cogeração de energia elétrica precisam das aprovações junto às Prefeituras locais, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica), Órgãos Federais, IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), ANA (Agência Nacional de Águas), ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Exército Brasileiro, Polícia Federal, Conselhos Profissionais aplicáveis, como o CRQ (Conselho Regional de Química) e CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia).

4.1 Descrição dos fatores de risco

i. com relação a países estrangeiros onde a Companhia atua

A Companhia atua indiretamente através das tradings compradoras de açúcar em países estrangeiros, logo, em seu melhor entendimento, desconhece fatores de risco relacionados.

SAFRA	2023/2024
CANADA	24,06%
ESPAÑA	13,28%
MEXICO	11,24%
MAURITANIA	10,82%
EUA	10,12%
ARGELIA	8,39%
ANGOLA	6,93%
AFRICA	5,89%
PORTUGAL	5,29%
EGITO	2,36%
ITALIA	1,63%
Total Geral	100,00%

j. com relação a questões sociais

A Companhia entende sua responsabilidade social nas microrregiões aonde atua. Desde a década de 60, a Usina Caeté mantém a Escola Conceição Lyra, unidade de ensino localizada no município de São Miguel dos Campos (AL), uma das maiores conquistas em termos de projetos sociais desenvolvidos pela Companhia. Aliado a isso matem um estreito relacionamento com as prefeituras e comunidades locais na busca contínua pelo desenvolvimento econômico-social local.

k. com relação a questões ambientais

A consciência ambiental, hoje, tornou-se uma imposição da nova sociedade de consumidores, onde a prática de sustentabilidade na produção tem grande valor agregado junto ao seu produto e marca. O risco da atividade para o meio ambiente vem de práticas não adequadas de manejos de produtos químicos e correlatos.

Anualmente, é divulgado nosso Relatório Anual de Sustentabilidade, o qual apresenta as principais ações desenvolvidas e nossos esforços referentes à agenda social, ambiental, econômica e de governança, para minimizar os impactos negativos e maximizar a geração de valor do nosso negócio.

l. com relação a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

A companhia está extremamente alinhada com o compromisso de melhoria do clima através de ações que minimizem os impactos no meio ambiente. Investimentos em fábricas de biofertilizantes, e produção maciça em etanol de melaço são algumas das iniciativas para contribuir com as questões climáticas da atualidade.

m. com relação a outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Não há outros fatores de riscos além dos descritos nos itens anteriores.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 - Principais fatores de risco

Abaixo estão indicados aqueles que a Companhia considera os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no item 4.1 acima:

1. Condições climáticas. As atividades operacionais da cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças e outras forças naturais.
2. Riscos de Liquidez. Risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Companhia tem como política operar com liquidez suficiente para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de commodities.
3. Políticas governamentais. A Companhia está sujeita a diversas leis federais, estaduais e municipais e a ampla regulamentação governamental. Eventuais divergências de interpretações de referido arcabouço legal entre a Companhia e as autoridades competentes podem levar ao recebimento de notificações e intimações, a lavratura de autos de infração e a instauração de procedimentos administrativos e/ou processos judiciais, ou ainda à interrupção temporária ou descontinuidade de atividades nas instalações da Companhia e/ou nas propriedades rurais operadas pela Companhia.
4. Riscos regulatórios de natureza ambiental. A Companhia está sujeita às leis e aos regulamentos pertinentes às atividades em que operam. Dessa forma estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam ao cumprimento das leis ambientais.
5. Riscos de inadimplência. A Companhia depende da capacidade dos clientes em adquirir seus produtos e efetuar os devidos pagamentos tempestivamente. Modificações adversas no setor ou fatores macroeconômicos podem resultar em alterações desfavoráveis no perfil de crédito dos clientes. Um número substancial de clientes pode não cumprir com suas obrigações de pagamento tempestivamente e a condição financeira da Companhia pode sofrer um impacto negativo.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 - Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A Companhia está exposta a alguns riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Esses riscos de mercado envolvem principalmente riscos derivados do setor em que a Companhia atua.

Risco do setor

As modificações nos preços dos produtos comercializados causam impacto direto nas receitas da Companhia. O setor de atuação da Companhia, é possível relacionar que os preços por ela praticados possuem correlação direta com os preços das commodities. Com efeito, parte relevante dos produtos comercializados estão expostos às variações e modificações nos preços das commodities mundiais.

O preço do etanol está correlacionado ao preço do açúcar, tendo em vista que a maior parte dos produtores brasileiros de açúcar são também produtores de etanol com capacidade de alterar o seu mix de produção de açúcar versus etanol, conforme a demanda de mercado por estes produtos. Sendo assim, variações nos preços de etanol ou de açúcar com base na demanda dos mercados interno e externo por tais produtos podem gerar efeitos importantes na produção e, conseqüentemente, na oferta destes produtos, observando a flexibilidade de mix de produção da Companhia, fatores que podem influenciar positivamente ou negativamente as receitas da Companhia. Além disso, em particular no Brasil, devido ao modelo de matriz energética adotado pelo Governo Federal, o preço do etanol é influenciado também pelo preço do petróleo, uma vez que o etanol é uma fonte de energia alternativa utilizada como combustível em automóveis no país. Assim, flutuações do preço do petróleo podem influenciar o preço etanol, e indiretamente o preço do açúcar. A partir da implementação, pela Petrobras, em abril de 2017, de uma política de preços baseada nas cotações internacionais, a correlação entre o preço do etanol e gasolina passou a ser significativa

Risco de crédito.

O risco de crédito está atrelado ao risco do setor do qual a companhia está inserida. Naturalmente os números de forma individualizada da companhia podem ter avaliação distinta do setor.

Risco de taxa de juros.

Em relação ao resultado financeiro, os indexadores dos contratos de financiamento são, principalmente o IPCA, o CDI, a SOFR, a Selic e taxa pré-fixada fixada, que no encerramento de 30 de junho de 2024 indexavam, respectivamente, 10,85%, 54,28%, 4,03%, 17,39% e 13,45%

O resultado financeiro está sujeito a variação em quaisquer destes indexadores, à variação cambial relacionada à parcela da dívida em Dólares norte-americanos, que no mesmo período representava 4,02% da dívida bruta da Companhia.

Historicamente, o Brasil tem registrado elevadas taxas de inflação, se comparadas com as economias mais desenvolvidas. A inflação e determinadas medidas do Governo Federal para combatê-las, como elevação da taxa de juros básica da economia ("SELIC") tiveram impacto negativo relevante sobre a economia brasileira, na medida em que reduziram o nível de atividade econômica, aumentaram o custo de captação das empresas, além de reduzirem os investimentos de longo prazo. O COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, podem produzir efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia. Pela expectativa de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo dos novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu endividamento atual, bem como o caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar da Companhia, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem afetar adversamente a Companhia, porque ela tem empréstimos e financiamentos indexados à variação do Certificado de Depósito Intercâmbio ("CDI") e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de suas aplicações financeiras.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia não possui qualquer processo judicial, administrativo e/ou arbitral que sejam considerados relevantes e que ocasionem em (i) impacto ao patrimônio da Companhia, sua capacidade, ou seus negócios; (ii) ações civis públicas, coletivas e/ou populares com impacto econômico, à imagem; (iii) ações com impacto reputacional para a Companhia; (v) discussão de validade de cláusula estatutária. As contingências tributárias e trabalhistas são provisionadas no balanço da companhia .

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 - Valores provisionados referentes aos processos descritos no item 4.4 acima

A Companhia não possui qualquer processo judicial, administrativo e/ou arbitral que sejam considerados relevantes e que ocasionem em (i) impacto ao patrimônio da Companhia, sua capacidade, ou seus negócios; (ii) ações civis públicas, coletivas e/ou populares com impacto econômico, à imagem; (iii) ações com impacto reputacional para a Companhia; (v) discussão de validade de cláusula estatutária.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 - Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

A Companhia não possui qualquer processo sigiloso relevante em que a Companhia seja parte e que não tenha sido divulgado no item 4.4.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 - Políticas de gerenciamento dos riscos e controles internos

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Práticas de controle adotadas para a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis

a. principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria "B".

b. estruturas organizacionais envolvidas

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria "B".

c. forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria "B".

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos apontadas pelo Auditor Independente

No processo de avaliação de riscos, segundo as normas brasileiras e internacionais de auditoria, o auditor independente considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Os auditores independentes obtiveram o entendimento dos controles internos relevantes e conduziram procedimentos apropriados às circunstâncias em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024, e emitiram comunicação sobre as deficiências de controles internos identificadas ao longo do processo de auditoria das referidas demonstrações financeiras, o qual não apresentou deficiências significativas.

e. comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas

Dentro da auditoria referente aos trabalhos relativos a 31 de março de 2024, não foram apontados problemas que envolvam a estrutura de controles internos e seu funcionamento que sejam consideradas deficiências significativas, conforme definição constante do próprio relatório.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar.

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas adotadas pela Companhia, voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo

i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A efetividade e eficiência dos controles internos é verificada pela Auditoria Interna, a qual reporta diretamente aos acionistas e é responsável por monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia. Essa estrutura permite que qualquer inexistência ou falha identificada que possa impactar nas demonstrações financeiras seja pronta e tempestivamente reportada à Administração para adoção das ações corretivas.

ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A estrutura organizacional da companhia abrange os diretores estatutários, o presidente da companhia, o conselho consultivo e a auditoria interna.

iii) se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e**
- **órgão que aprovou o código, data de aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

Historicamente, o Grupo já vem difundindo medidas que desencorajam a corrupção, adotando providências como a constituição e publicação de seu Código de Ética e Conduta, aprovado em 1ª Edição em julho de 2013, bem como a realização de workshops para debater o tema, o estabelecimento de procedimento que exige a submissão, ao Departamento Jurídico, de qualquer contratação realizada com a Administração Pública direta ou indireta, conforme parecer do Departamento Jurídico datado de 20 de fevereiro de 2014, e, por fim, a criação do seu Plano de Combate à Corrupção, em 18 de abril de 2016, com as medidas necessárias para evitar qualquer tipo de ato de corrupção e realizar o Compliance de suas atividades, nos termos da Lei Anticorrupção. Constituem a estrutura de combate à corrupção e de integridade corporativa, juntamente com todos os níveis executivos do Grupo: Departamento Jurídico e de Compliance; Auditoria Interna; Diretoria e Presidência. A área de Compliance Legal, vinculada ao Departamento Jurídico e de Compliance, com reporte direto à Presidência do Grupo, é responsável por instituir e zelar pelo Programa de Integridade, devendo receber, analisar e emitir pareceres e orientações acerca dos pontos de contato com os entes integrantes da Administração Pública por parte do Grupo e das pessoas abrangidas por esta Política. O Programa de Integridade é composto pelos seguintes instrumentos: (i) Código de Ética e Conduta; (ii) Política de Combate à Corrupção; (iii) Treinamento dos Colaboradores; (iv) Esclarecimento sobre Conduta dos Fornecedores. As diretrizes do sistema de combate à corrupção da Companhia são de responsabilidade da Diretoria, com permanente acompanhamento pelo Comitê de Ética e Compliance e pelo Conselho Consultivo. As denúncias relacionadas a infrações à Lei Anticorrupção nº 12.846/13 serão recebidas pelo canal de denúncias e encaminhadas ao Compliance Officer, que, em caso de necessidade de investigação, realizará a mesma. Os resultados apurados na investigação serão encaminhados para o Comitê de Ética e Compliance para análise e parecer opinativo e, em seguida, para deliberação da Diretoria do Grupo. A Diretoria é responsável pela tomada de decisões com base nas investigações e orientações emitidas pela Área de Compliance Legal, de maneira a garantir a sustentabilidade e governança das relações do Grupo. A Assembleia Geral é responsável pelas decisões de denúncias envolvendo diretamente membros da Diretoria. A Área de Compliance Legal é responsável pelo Programa de Integridade e pela orientação/fiscalização de todos os contatos com os Órgãos Públicos, em especial da destinação de quaisquer valores ou bens, mediante parcerias ou patrocínios com a Administração Pública, quando permitido pelas demais políticas internas do Grupo.

5.3 Programa de integridade

b. canal de denúncia da Companhia, indicando, em caso positivo:

i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

iv) órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias

O Canal de Ética e Compliance é um recurso criado para ouvir as denúncias de suspeita e violação a este Código, a Legislação e as Normas Internas. É imprescindível que ninguém hesite em reportar as suas preocupações. É obrigação de todos informar qualquer violação e, é obrigação do Grupo deixá-los seguros e confortáveis, garantindo a confidencialidade e o anonimato. Acentua-se que qualquer mínima possibilidade de perseguição ou retaliação para com o denunciante viola as regras deste Código e em hipótese alguma será admitida. Quaisquer dúvidas quanto à interpretação ou omissão de assuntos tratados neste Código de Ética e Conduta assim como a comunicação de quaisquer violações devem ser encaminhadas ao canal de denúncias, através do telefone 0800.591.3457 ou online através do site <https://usinacaete.becompliance.com/canal-etica/canaldenuncias>. O canal telefônico está disponível de segunda-feira a sexta-feira das 09h às 18h e o registro online, está disponível 24 horas por dia, 07 dias por semana, durante todo o ano. Os canais de contato acima são operados por empresa independente, assegurando o sigilo e a confidencialidade das informações recebidas e possibilitando o anonimato daqueles que preferiram não se identificar.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não foram identificadas ocorrências de desvios e irregularidades praticados contra a administração pública.

d. caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido.

A Companhia não possui regras, políticas ou procedimentos próprios.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LAGENSE S.A. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES						
12.276.994/0001-52	Brasil	Não	Sim	28/04/2024		
Não						
9.756	100,000	0	0,000	9.756	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
9.756	100,000	0	0,000	9.756	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LAGENSE S.A. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES				12.276.994/0001-52		
ELIZABETH ANNE LYRA LOPES DE FARIAS						
140.136.144-72	Brasil	Não	Sim	20/04/2021		
Não						
14.015	99,900	0	0,000	14.015	99,900	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FAROL 2022 PARTICIPAÇÕES LTDA						
49.123.223/0001-35	Brasil	Não	Sim	20/04/2021		
Não						
14	0,100	0	0,000	14	0,100	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LAGENSE S.A. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES				12.276.994/0001-52		
14.029	100,000	0	0,000	14.029	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FAROL 2022 PARTICIPAÇÕES LTDA				49.123.223/0001-35		
ELIZABETH ANNE LYRA LOPES DE FARIAS						
140.136.144-72	Brasil	Não	Sim	20/04/2021		
Não						
400.000	100,000	0	0,000	400.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
400.000	100,000	0	0,000	400.000	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2024
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	9.756	100,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	9.756	100,000%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ALPHA PARTICIPAÇÕES LTDA	06.068.097/0001-50	30
CAETEX FLORESTAL	18.842.121/0001-46	25,24
COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	18.053.794/0001-17	100
RÁDIO PIONEIRA DE DELMIRO GOUVEIA LTDA	12.949.277/0001-44	10
SOTAN - SOCIEDADE DE TÁXI AÉREO DO NORDESTE LTDA	11.914.140/0001-91	74,61
VARRELA PECUÁRIA LTDA	04.871.704/0001-90	95,48

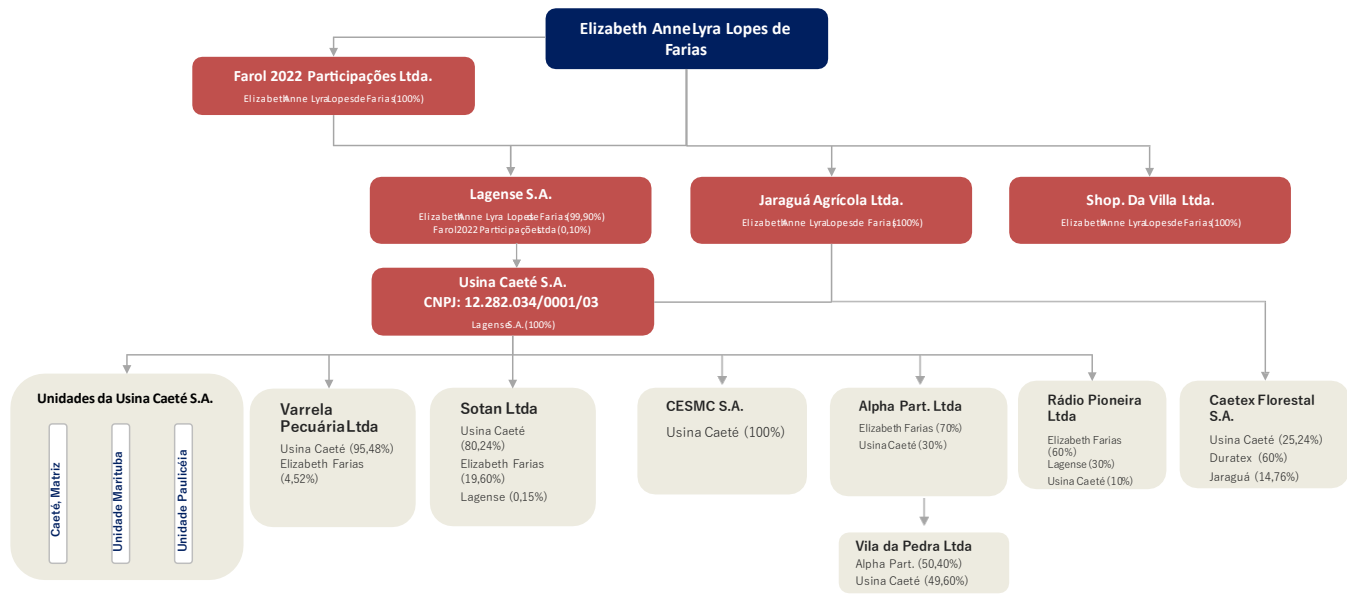
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico da Companhia

Organograma societário

Grupo Econômico Usina Caeté

Grupo Carlos Lyra | Apresentação Institucional



6.6 Outras informações relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 - Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal da Companhia, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso a Companhia a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria "B".

b. mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria "B".

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria "B".

d. por órgão:

iii) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que a Companhia entenda relevantes

A Companhia entende que todos os atributos de diversidade relevantes foram agrupados nos itens acima.

e. se houver, objetivos específicos que a Companhia possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia acredita nos valores da diversidade, inclusão, igualdade e na equidade de gênero e defende a não discriminação, valorizando assim uma força de trabalho diversificada (isto é, composta por membros da equipe com várias habilidades, experiências e perspectivas) e inclusiva. Contudo, não há objetivos específicos com relação à diversidade entre os membros dos órgãos de administração e do Conselho Consultivo.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

A Companhia acredita na importância do combate as mudanças climáticas e na contribuição para uma sociedade ecologicamente consciente, no entanto, ainda não definimos o papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 3	0	3	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	1	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 3	0	1	0	2	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
TOTAL = 0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 - Conselho de Administração

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome	ARAKEN BARBOSA DE MIRANDA JUNIOR	CPF:	777.155.354-00	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Contador	Data de Nascimento:	29/11/1969
Experiência Profissional:	– Graduado em Ciências Contábeis. – Pós-graduação em Controladoria e Auditoria. – 28 anos de experiência no setor sucroenergético. – Iniciou sua vida profissional na Companhia, em 1993, como estagiário.										
Órgãos da Administração:											
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato				
Diretoria	26/02/2024	12 meses	Outros Diretores	Diretor Financeiro de controladoria e comercial	26/02/2024	Sim	19/04/2021				
Condenações:											
Tipo de Condenação		Descrição da Condenação									
N/A		Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.									

Nome LUIZ MAGNO
EPAMINONDAS TENORIO
DE BRITO

CPF: 438.945.774-87

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Engenheiro Químico

Data de Nascimento: 06/04/1961

Experiência Profissional:

- Graduado em Engenharia Química na UFPe.
- Especialização em Tecnologia do Açúcar e do Etanol.
- 41 anos no setor da Agroindústria Canavieira. Iniciou na Companhia, em 1986, como Engenheiro Químico, ocupando as funções de Gerente Industrial, Superintendente Industrial e Diretor Industrial.
- É conselheiro da STAB e faz parte do Conselho de Energia do Estado de Alagoas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	26/02/2024	12 meses	Outros Diretores	Diretor Industrial	26/02/2024	Sim	28/04/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Nome PAULO COUTO RAMALHO
DE CASTRO

CPF: 008.863.824-32

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Advogado

Data de Nascimento: 25/11/1980

Experiência Profissional:

- Graduado em Direito pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (Cesmac).
- MBA em Gestão Empresarial pela FGV.
- 12 anos de experiência no setor sucroenergético.
- Iniciou sua vida profissional na Companhia, em 2012, como advogado cível.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	26/02/2024	12 meses	Outros Diretores	Diretor Administrativo	26/02/2024	Sim	19/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, dado que a Companhia não possui comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ou qualquer comitê estatutário ou qualquer estrutura organizacional que participe do processo decisório da administração.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/03/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		3,00		3,00
Nº de membros remunerados		3,00		3,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		3.096.000,00		3.096.000,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		N/A		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		N/A		
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação		N/A		
Total da remuneração		3.096.000,00		3.096.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/03/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		3,00		3,00
Nº de membros remunerados		3,00		3,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		3.912.000,00		3.912.000,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		N/A		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		N/A		
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração		3.912.000,00		3.912.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/03/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		3,00		3,00
Nº de membros remunerados		3,00		3,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		918.000,00		918.000,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		N/A		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		N/A		
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação		N/A		
Total da remuneração		918.000,00		918.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/03/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		3,00		3,00
Nº de membros remunerados		3,00		3,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		1.275.000,00		1.275.000,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		N/A		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		N/A		
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação		N/A		
Total da remuneração		1.275.000,00		1.275.000,00

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 - Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

8.7 Opções em aberto

8.7 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 - Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 - Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

8.10 Outorga de ações

8.10 - Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 - Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidos por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

8.14 Planos de previdência

8.14 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 - Em relação aos últimos 3 (três) exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
2024	N/A	0%	N/A
2023	N/A	0%	N/A
2022	N/A	0%	N/A

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 - Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 - Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Previsão para o exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	0	0	0
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

Referente ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	0	0	0
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

Referente ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	0	0	0
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

Referente ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	0	0	0
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

Documento não preenchido.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	010324		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada	Juridica	54.276.936/0001-79	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
19/07/2023	19/07/2023		
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria das demonstrações contábeis para as Companhias que compõem o Grupo Carlos Lyra e revisão da Escrituração Contábil Fiscal ECD da Usina Caeté S.A. auditoria das demonstrações financeiras individuais da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), para os exercícios findos em 31 de março de 2025, 2024, 2023 e 2022; e (ii) revisão das informações trimestrais (ITR) individuais e consolidadas da Companhia preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) para o trimestre findo em 30 de junho de 2024 e a findar em 30 de setembro, 31 de dezembro de 2024 e (iii) emissão de carta conforto em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade e Comunicado Técnico, estabelecida pelo IBRACON, sobre determinadas informações contábeis históricas a serem incluídas no prospecto de oferta pública, nos termos da Resolução CVM nº 160.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
(i) Auditoria das demonstrações contábeis; (ii) revisão dos ITR: R\$ 338.192,43 e (iii) Emissão da carta conforto: R\$ 457.676,51.			
Justificativa da substituição			
Não Aplicável.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não Aplicável.			

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 - Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Declaramos que não há prestação de serviços, por parte de nossos auditores independentes além da própria prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras anuais e revisão das informações financeiras intermediárias.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 - Descrições dos recursos humanos

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

10.2 Alterações relevantes

10.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
0,00	0,00	0,00
Esclarecimento		
Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 - Descrição das relações entre a Companhia e sindicatos

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 - Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Sotan Táxi Aéreo Ltda	31/03/2023	6.179.849,92	6.179.849,92	6.179.849,92	Indeterminado	
Relação com o emissor	Participação Societária					
Objeto contrato	Utilização de prejuízo fiscal da coligad					
Garantia e seguros	Não Aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável.					
Natureza e razão para a operação	Utilização de prejuízo fiscal da coligada para quitação de dívidas tributárias.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 n/o - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (em R\$)	Saldo existente (em R\$)	Montante (Reais)	Duração	Taxa de juros cobrados
Sotan Táxi Aéreo Ltda.	31/03/2023	R\$ 6.179.849,92	R\$ 6.179.849,92	R\$.179.849,92		
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Não Aplicável.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Não Aplicável.					

11.3 Outras informações relevantes

11.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
28/02/2024	28/02/2024	550.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
9.756	0	9.756

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
28/02/2024	28/02/2024	550.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
9.756	0	9.756

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
28/02/2024	28/02/2024	550.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
9.756	0	9.756

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 - Emissores estrangeiros devem descrever os direitos das ações

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	12/06/2024
Data de vencimento	16/06/2031
Quantidade	180.000
Unidade	
Valor nominal global R\$	180.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	181.123.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures serão depositadas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”); (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e (iii) custódia eletrônica na B3. as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), nos termos do artigo 86, inciso V, da Resolução CVM 160, sendo requerido, para tanto, que a Emissora cumpra (e a Emissora desde já se compromete a cumprir) as obrigações previstas na Resolução CVM 160, inclusive o artigo 89 da Resolução CVM 160.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Observado as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures (sendo vedado o resgate parcial), nos termos da Resolução CMN 4.751 ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei 12.431 mediante comunicação individual aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e a B3 ou mediante publicação de comunicação amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.12 acima, ambos com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data do resgate.
Características dos valores mobiliários de dívida	Remuneração das Debêntures da Primeira Série: Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a um percentual correspondente à sobretaxa anual (spread) de 8,2870% (oito inteiros e dois mil oitocentos e setenta décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Remuneração das Debêntures da Segunda Série: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série conforme o caso, farão jus a uma remuneração correspondente ao percentual equivalente à 13,8973% (treze inteiros oito mil novecentos e setenta e três décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral ("Assembleia Geral de Debenturistas" ou "Assembleia Geral"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas, sendo certo que a cada Debênture caberá um voto.

Todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas, incluindo os pedidos de anuência prévia (waiver) ou perdão temporário referentes às Debêntures, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, (i) 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, ou (ii) 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação presentes na referida Assembleia Geral de Debenturistas, desde que em segunda convocação, conte com a presença de titulares representando, no mínimo, 1/3 (um terço) das Debêntures em Circulação.

A CVM poderá autorizar a redução dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, nos termos do §8º e seguintes do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, observada a regulamentação em vigor.

Não estão incluídos no quorum acima: (a) os quóruns expressamente previstos em outros itens e/ou Cláusulas da Escritura de Emissão; e (b) as alterações relativas às seguintes características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora: (i) diminuição da Remuneração das Debêntures, (ii) Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures, (iii) prazo de vencimento das Debêntures, (iv) valores e data de amortização do Valor Nominal das Debêntures; (v) alteração da espécie das Debêntures; (vi) os Eventos de Inadimplemento; e (vii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos na Escritura de Emissão – todas as matérias aqui referidas dependerão de aprovação por Debenturistas que representem, no mínimo, 80 % (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série ou de ambas as Séries, caso seja realizada em conjunto, conforme o caso.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	1	0

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As Debêntures em circulação emitidas pela Companhia são registradas para distribuição primária e negociação secundária na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, visto que, até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, visto que, até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Conforme Resolução CVM 80, a apresentação deste item é facultativa à Companhia, por se tratar de emissão prevista nos termos inciso IX do art. 26 da Resolução CVM 160, equiparando-se, portanto, às companhias registradas na categoria “B”.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 - Outras informações relevantes

Informações relevantes item 12.3/12.7.

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 12 do Formulário de Referência

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Aryl Pontes de Lyra Filho	Diretor Presidente
Não aplicável	Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente

DocuSign Envelope ID: 51C5A8D0-72AF-4FDD-88BC-37534212AEF5

DECLARAÇÃO

Eu, **ARYL PONTES DE LYRA FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador(a) de cédula de identidade RG n.º 1.074.920, inscrito(a) no CPF sob o n.º 098.795.284-68, na qualidade de Diretor Presidente da **USINA CAETÉ S.A.**, com sede na Rua Barão de Jaraguá, nº 47, Jaraguá, CEP 57.022-140, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.282.034/0001/03 ("Companhia") declaro que, neste ato declaro que:

- a) revi o formulário de referência da Companhia;
- b) todas as informações contidas no formulário de referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 80, de 29 de março de 2022, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c) as informações contidas no formulário de referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.

Assinatura
Eu, Aryl Pontes de Lyra Filho,
CPF nº 098.795.284-68, inscrito(a) no CPF sob o nº 098.795.284-68,
na qualidade de Diretor Presidente da USINA CAETÉ S.A.,
com sede na Rua Barão de Jaraguá, nº 47, Jaraguá, CEP 57.022-140,
inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.282.034/0001/03, declaro que,
neste ato declaro que:

ARYL PONTES DE LYRA FILHO

Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

13.1 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Não aplicável, tendo em vista que o Estatuto Social da Companhia não prevê o cargo de Diretor de Relações com Investidores na Composição da Diretoria. A Usina Caeté S.A. vem sendo administrada pelos atuais diretores, sendo que cada diretor tem amplos poderes de administração e gestão de negócios, nos limites das atribuições que lhes competem em razão do Estatuto Social da Companhia ou de deliberação do Acionistas da Companhia, observando o objeto social e as prescrições legais e regulamentares.

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.